



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 038 /24, DE 01 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte, nas contratações realizadas no âmbito da Administração Municipal, e dá providências correlatas.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, Estado de Goiás, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – Nas contratações públicas da Administração Municipal de Pires do Rio deverá ser concedido tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte e empresários individuais, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

§ 1º – Os preceitos desta lei aplicam-se à Administração Direta e Indireta do Município de Pires do Rio.

§ 2º – Para os efeitos desta lei, especialmente o artigo 2º, inciso II, alínea “b”, e o artigo 3º, inciso I, o âmbito regional será definido, segundo a divisão regional do Brasil elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, adotando preferencialmente a seguinte ordem:

a) a região imediata na qual o Município de Pires do Rio encontra-se inserido;

b) a região intermediária na qual o Município de Pires do Rio encontra-se inserido;

Conheça e divulgue a arte e a cultura de Goiás.

Av. Maria Guiotti, nº 74, Centro – Ed. Goiaz Cavalcanti Nogueira
CEP 75.200-000 – Pires do Rio, Goiás – Caixa Postal 39

Site: www.piresdorio.go.leg.br – Tel.: (64) 3461-1610

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



c) o Estado de Goiás;

d) a região Centro-Oeste;

§ 3º – O disposto nesta lei aplica-se também às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do “caput” do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

§ 4º - O disposto nesta lei aplica-se também ao produtor rural pessoa física e o agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estejam em situação regular junto à Previdência Social e ao Município e tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II, do caput do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 2º – Na implementação da política de que trata esta lei, a Administração Municipal:

I – deverá:

a) realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor não exceda àquele estipulado pelo inciso I do artigo 48, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

b) fixar, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;

II – poderá:



a) exigir dos licitantes, nos certames destinados à aquisição de obras e serviços, a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

b) conceder, justificadamente, prioridade de contratação às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Parágrafo único – Na hipótese do inciso II, alínea “a”, deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

Art. 3º – Não se aplica o disposto no artigo 2º desta lei quando:

I – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados na região escolhida e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II – decisão devidamente justificada que considerar que o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a Administração Pública ou representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133/21, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do “caput” do referido artigo 75, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I e II deste artigo.

Parágrafo único - Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:



I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou,

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Art. 4º – Nas licitações de que trata esta lei, configurando-se o empate, a Administração dará preferência às microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º – Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º – Na modalidade de pregão, o empate ficará caracterizado quando a proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte não exceder em mais de 5% (cinco por cento) o melhor preço.

Art. 5º – A Administração Municipal deverá, quando da publicação do Plano Anual de Contratações Públicas, discriminar os possíveis processos licitatórios que se enquadrarão nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 2º desta lei.

Parágrafo único – A omissão da Administração Municipal em dar cumprimento ao disposto neste artigo não poderá servir de fundamento válido à inexecução dos demais preceitos desta lei.

Art. 6º – Na implementação da política de que trata esta lei, a Administração Municipal deverá capacitar os gestores responsáveis pelas contratações públicas e estimular órgãos e entidades públicos e privados a capacitarem as microempresas e empresas de pequeno porte visando à sua participação nos processos licitatórios.

Art. 7º – O Plano Anual de Contratações Públicas e os instrumentos convocatórios para os processos de licitação que prevejam o tratamento diferenciado



e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte serão divulgados no Placar Municipal e, o mais amplamente possível, na rede mundial de computadores.

Art. 8º - Fica criado o cadastro municipal das empresas para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, juntamente com suas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e as subcontratações.

Art. 9º - Ficam revogados os artigos 27 e 35, da Lei Complementar nº 108/12, de 16 de março de 2012.

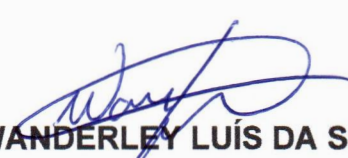
Art. 10 – Fica revogado o § 8º, do art. 30, da Lei Complementar nº 136/16, de 31 de maio de 2016.

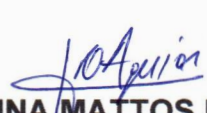
Art. 11 - Revogam-se as disposições legais ou regulamentares contrárias à presente lei.

Art. 12 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, Plenário
Vereador Libório Silva Neto, em 01 de outubro de 2024.


Ver. **RODRIGO FRANCISCO MESQUITA**
Presidente


Ver. **WANDERLEY LUÍS DA SILVA**
Vice-Presidente


Ver^a. **MARINA MATTOS DE AGUIAR**
1ª Secretária


Ver. **WILSON MARTINS FERREIRA**
2º Secretário



JUSTIFICATIVA

O direito administrativo está alicerçado em princípios basilares que sistematizam todo o funcionamento da Administração Pública, notadamente quando se trata da polêmica que envolve as "Licitações Públicas". Neste tema, é fundamental que a sociedade esteja atenta aos comandos legais introduzidos, haja vista significar a gestão administrativa dos recursos públicos arrecadados.

A regulamentação proposta neste projeto de lei é para a regulamentação prevista na Lei Complementar Federal Nº 123/2006, após a publicação da Lei 14.133/2021, o chefe deste Poder leva em consideração a necessidade de fomentar o comércio local e de melhorar a qualidade dos produtos ofertados ao Município.

Com isso fazendo com que as empresas locais de pequeno porte tenham mais chances de vencer as licitações e engajar o comércio local, através de mais oportunidades perante as grandes empresas que participam das licitações dentro do Município, **motivo o qual solicito regime de URGÊNCIA na análise e aprovação do presente PL.**

Assim, será traçado um paralelo entre as Licitações Públicas e o tratamento diferenciado e favorecido às pequenas empresas, de modo a demonstrar se a Lei Complementar nº 123/2006 apresenta-se como uma alternativa efetiva de desenvolvimento econômico e social, sobretudo por intermédio das contratações realizadas pelo Poder Público.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, Plenário
Vereador Libório Silva Neto, em 01 de outubro de 2024.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
PIRES DO RIO**

ESTADO DE GOIÁS
CNPJ 03.323.686/0001-40

Ver. **RODRIGO FRANCISCO MESQUITA**

Presidente

Ver. **WANDERLEY LUIS DA SILVA**

Vice-Presidente

Ver^a. **MARINA MATTOS DE AGUIAR**

1^a Secretária

Ver. **WILSON MARTINS FERREIRA**

2^o Secretário

Conheça e divulgue a arte e a cultura de Goiás.

Av. Maria Guiotti, nº 74, Centro – Ed. Goiaz Cavalcanti Nogueira
CEP 75.200-000 – Pires do Rio, Goiás – Caixa Postal 39

Site: www.piresdorio.go.leg.br – Tel.: (64) 3461-1610